

Sindsep Informa: GDPST - Judicial volta aos contracheques

O SINDSEP informa aos seus filiados do Ministério da Saúde que a Gratificação GDPST – Judicial, retirada dos contracheques no mês passado, já consta na prévia de pagamento deste mês.

A suspensão do pagamento foi decorrente de um erro do Ministério da Saúde, que reconheceu a falha e se comprometeu a realizar os ajustes necessários agora em agosto.

Os servidores que recebem a GDPST – Judicial já

podem acessar a prévia de seus contracheques e verificar o retorno da gratificação. Caso o valor não esteja lançado, é importante entrar em contato com o SINDSEP o mais rapidamente possível.

Essa conquista reforça a importância da atuação sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores. Um sindicato só é forte quando conta com a união, a participação e o apoio de sua categoria.



Por isso, sindicalize-se e fortaleça o SINDSEP. A união dos trabalhadores é fundamental para garantir direitos, enfrentar problemas e avançar em novas conquistas.

Mulheres são maioria do eleitorado, mas ainda têm baixa representação política

Quase 84 milhões de mulheres poderão votar nas eleições de outubro de 2026, o equivalente a 52,84% do eleitorado brasileiro. Apesar de serem maioria entre os eleitores, elas representam apenas 34,8% das candidaturas registradas para a disputa deste ano: são 7.138 mulheres entre 20.501 candidatos.

O percentual é o maior já registrado no país, mas o avanço em relação às eleições de 2022 foi de apenas um ponto percentual. A diferença fica ainda mais evidente quando se observa a ocupação dos espaços de poder. Atualmente, as mulheres são apenas 17,7% da Câmara dos Deputados, com 91 das 513 cadeiras, e ocupam 15 das 81 vagas do Senado.

A participação feminina também varia de acordo com o cargo. Elas representam 36,6% das candidaturas à Câmara dos Deputados, 35,5% à Câmara Legislativa do Distrito Federal e 34,4% às assembleias estaduais. Para o Sena-

do, o índice cai para 21,9%. Nas disputas pelo Executivo, são apenas 16,4% das candidaturas aos governos estaduais e 15,4% à Presidência da República.

O recorte racial mostra outra desigualdade: mulheres pretas e pardas representam 52,3% das candidaturas femininas, mas apenas 18,2% do total de candidatos. Também foram registradas 107 candidaturas de pessoas trans, o maior número já contabilizado pelo TSE.

A baixa presença feminina não se explica apenas pelo número de candidaturas. Mulheres enfrentam obstáculos como desigualdade no financiamento eleitoral, menor visibilidade e violência política de gênero, incluindo ameaças, assédio e ataques nas redes sociais.

A representação política também tem impacto direto nas políticas públicas. São nos espaços de decisão que se definem investimentos em saúde, creches, políti-

cas de cuidado, igualdade salarial, jornada de trabalho e combate à violência contra as mulheres.

Segundo dados do IBGE citados no levantamento, em 2022 as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados, enquanto os homens dedicavam 11,7 horas. Além disso, o Relatório de Transparência Salarial de 2026 apontou que as mulheres recebiam, em média, 21,3% menos que os homens nas empresas analisadas.

Para a CUT, ampliar a participação das mulheres na política é fundamental, mas também é necessário garantir representatividade, financiamento adequado e compromisso com os direitos das mulheres e da classe trabalhadora. A entidade defende que o eleitorado conheça as propostas e o histórico das candidaturas antes de decidir o voto.

Com informações repassadas pela CUT.

ACT 2026/2027 da Conab avançam com recomposição pelo INPC e preservação de direitos

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027 da Conab avançaram nesta semana, durante reuniões realizadas nos dias 11, 12 e 13 de agosto, com a participação das representações dos empregados e da empresa, incluindo o presidente da Conab, Silvio Isoppo Porto.

A Comissão de Negociação dos Empregados é formada por representantes da Fenadsef, Asnab e Fisenge e concentrou esforços na preservação dos direitos já conquistados, na recomposição do poder de compra e na continuidade das reivindicações que não puderam avançar neste momento.

Recomposição pelo INPC

Entre os principais entendimentos construídos está a proposta de aplicação de 100% do INPC acumulado nos 12 meses anteriores à data-base sobre salários e benefícios econômicos, respeitando as limitações legais do período eleitoral.

A proposta busca garantir a recomposição integral da inflação e preservar o poder de compra dos empregados e empregadas da Conab. Também está prevista a manutenção das cláusulas sociais e econômicas atualmente existentes, evitando retrocessos no acordo vigente.

Avanços nas cláusulas sociais

As negociações também produziram avanços importantes nas cláusulas sociais. Entre eles, está a previsão de um mecanismo de proteção para empregadas em

situação de violência doméstica e familiar.

Outro destaque é a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP Conab), que permitirá a continuidade das discussões sobre temas que não puderam ser solucionados durante a negociação do ACT.

A Mesa poderá tratar, inclusive, de assuntos que não estavam na pauta específica deste acordo, como a Norma de Teletrabalho.

PCCS e assistência à saúde

Também foi acordada a retomada das comissões paritárias para dar continuidade às discussões sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e a Assistência à Saúde dos Empregados.

A Comissão dos Empregados também trabalhou pela preservação da data-base da categoria, garantindo a continuidade dos efeitos da negociação coletiva enquanto são cumpridas as etapas para conclusão do novo acordo.

Limitações do período eleitoral

A negociação ocorre em um cenário excepcional devido às restrições do período eleitoral, iniciado em 7 de abril de 2026, conforme as regras previstas no artigo 73 da Lei nº 9.504/1997.

As limitações reduzem o espaço para a implementação de medidas que possam representar aumento remuneratório acima da recomposição inflacionária, além de restringirem determinadas cláusulas sociais com impacto econômico ou financeiro.

Por isso, algumas reivindica-

ções não puderam avançar imediatamente. A criação da MNNP e a retomada das comissões paritárias, porém, garantem que esses temas permaneçam em discussão.

ACT ainda não foi assinado

É importante destacar que o ACT 2026/2027 ainda não está concluído.

Os entendimentos construídos nas reuniões representam uma proposta, que ainda deverá ser formalizada pela Conab e passar pelos procedimentos internos da empresa, pelo Conselho de Administração (Consad) e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Somente após essas etapas a proposta será apresentada aos trabalhadores e trabalhadoras em assembleia, quando a categoria terá acesso ao texto integral, poderá discutir os termos e deliberar sobre sua aprovação.

Assim, neste momento, não existe um ACT 2026/2027 definitivamente celebrado. O que existe é uma proposta construída nas negociações, com avanços importantes, recomposição pelo INPC e preservação de direitos, que ainda precisa cumprir todas as etapas institucionais antes da decisão da categoria.

A Comissão de Negociação continuará acompanhando o processo e manterá os empregados e empregadas da Conab informados sobre os próximos encaminhamentos.

Com informações repassadas pela Condsef.